

PROCESSO - A. I. Nº 278868.0002/02-1
RECORRENTE - SUPRICEL TRANSPORTES LTDA.
RECORRIDA - FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL
RECURSO - RECURSO VOLUNTÁRIO - Acórdão 4º JJF nº 0237-04/02
ORIGEM - INFAZ CAMAÇARI
INTERNET - 12/09/02

1ª CÂMARA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO CJF Nº 0341-11/02

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. FALTA DE APRESENTAÇÃO DO DOCUMENTO COMPROBATÓRIO DO DIREITO AO REFERIDO CRÉDITO. EXIGÊNCIA DO IMPOSTO. A utilização do crédito fiscal está condicionada à apresentação do documento fiscal comprobatório do direito ao citado crédito. Rejeitada a preliminar de nulidade. Infração caracterizada. Recurso **NÃO PROVIDO**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 25/03/02, exige ICMS, no valor de R\$ 70.755,11, em decorrência de utilização indevida de crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito. Refere-se a valores lançados diretamente no livro Registro de Apuração do ICMS, a título de crédito extemporâneo, sem a devida comprovação documental.

Por meio de advogado regularmente constituído, o autuado apresentou defesa tempestiva e, preliminarmente, suscitou a nulidade do Auto de Infração, alegando que não se pode depreender da leitura do mesmo quais as suas razões e os direitos invocados. Assevera que o lançamento deve ser fundamentado, a descrição dos fatos deve ser precisa e o enquadramento legal deve ser coerente com os termos lavrados.

No mérito, o defendente alega que tem direito aos créditos fiscais que foram objeto da autuação, sob pena de se ferir o princípio da não cumulatividade, previsto na Constituição Federal, art. 155, § 2º, I, cujo teor transcreve. Explica que apenas escriturou o crédito fiscal que não pode ser compensado no momento oportuno e afirma que tem legitimidade para postular tais créditos.

De acordo com o autuado, o crédito relativo ao ICMS, por ser um verdadeiro crédito tributário, deve ser escriturado pelo valor atualizado monetariamente. Diz que, pelos princípios constitucionais da isonomia e da capacidade contributiva, além da vedação do enriquecimento sem causa, os créditos fiscais devem ser corrigidos pelos mesmos critérios aplicados na correção dos débitos para com o fisco. Aduz que a correção monetária do crédito fiscal em questão está fundamentada nos seguintes princípios: analógico, equidade, equivalência das prestações e enriquecimento sem causa. Para embasar suas alegações, cita decisões do STJ, do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e do TIT-SP e faz alusão à Lei nº 6.899/81.

Referindo-se à multa de 60% indicada no Auto de Infração, o autuado alega que a fiscalização aplicou e impôs a penalidade que julgou cabível, contrariando o disposto no art. 142 do CTN. Assevera que o percentual da multa é escorçante, que a penalidade deve ser proporcional ao dano causado, que a Constituição Federal veda a utilização de tributo com efeito de confisco. Faz alusão à Lei nº 9298/96, a qual prevê no seu art. 52, § 1º, que as multas não devem ser superiores a

2%. Invoca o art. 106 do CTN para que lhe seja aplicada a multa conforme dispõe a Lei nº 9.298/96. Cita o Decreto-Lei nº 22.626/33, que no seu art. 9º diz que é inválida a multa superior a 10% do valor da dívida. Transcreve farta doutrina.

O defendente afirma que, sobre o mesmo débito, incidem três tipos diferentes de acréscimos: atualização monetária, multa moratória e juros de mora. Frisa que os índices de correção monetária utilizados pelo fisco estão em desacordo com a legislação pertinente. Saliencia que o Demonstrativo de Débito não permite a verificação e conferência do montante cobrado pelo fisco. Alega que os acréscimos foram aplicados de forma composta, isso é, uns sobre os outros.

Ao final, o autuado requer a improcedência da autuação, porém, caso a mesma seja julgada procedente, pede a redução do débito, tendo em vista a ilegalidade dos índices aplicados.

Na informação fiscal, o autuante diz que a defesa é protelatória e não traz nenhum fato novo que mereça maior atenção. Aduz que o Auto de Infração nº 233099.0012/00-1, abordando a mesma matéria e lavrado contra o mesmo autuado foi julgado procedente por este CONSEF. Ao final, solicita a procedência da autuação.

VOTO DO RELATOR DA 4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL NA DECISÃO RECORRIDA

“A descrição do fato no Auto de Infração é clara e precisa: “Utilizou indevidamente crédito fiscal de ICMS sem a apresentação do competente documento comprobatório do direito ao referido crédito.” Essa acusação é a rotineiramente empregada pelo fisco quando ocorre a utilização de crédito fiscal sem que seja apresentado o documento que comprove o direito ao crédito. Essa imputação tem sido entendida pelos contribuintes e é amplamente aceita por este CONSEF.

À fl. 2 do Auto de Infração, o autuante descreveu o fato de forma satisfatória e efetuou o enquadramento legal corretamente. Essas informações (descrição do fato e o enquadramento legal) eliminam possíveis dúvidas quanto ao que foi imputado do contribuinte e permitem o exercício do seu direito à ampla defesa. Além disso, o presente lançamento está fundamentado nos arts. 91, 92 e 124 do RICMS-BA/97, os quais equivalem à menção dos dispositivos da Lei nº 7.014/96 que lhes sejam correspondentes.

Pelo exposto acima, não acolho a preliminar de nulidade suscitada pelo autuado e, a seguir, passo a apreciar o mérito da lide.

Verificando as peças processuais, constato que o autuado escriturou e utilizou créditos fiscais para compensar com o imposto devido no período, como mostram as fotocópias do livro Registro de Apuração de ICMS anexadas pelo auditor fiscal às fls. 8 a 10 dos autos. Tais créditos fiscais foram lançados sob a rubrica de “Créditos Extemporâneos”.

De acordo com o artigo 91, do RICMS-BA/97, o direito ao crédito fiscal é condicionado a que, dentre outras condições, as mercadorias recebidas ou os serviços tomados estejam acompanhados de documento idôneo que comprove a origem do crédito. No caso em tela, o autuado não apresentou o documento comprobatório do direito ao crédito e nem mesmo disse qual a origem dele. Dessa forma, entendo que a infração está devidamente caracterizada.

Caso o autuado tivesse apresentado o documento comprobatório do possível direito a esse crédito, seria necessário observar que ele, de livre e espontânea vontade, optou pela utilização do crédito presumido e, nessa situação, estaria impedido de utilizar quaisquer outros créditos fiscais, conforme o seu acordo feito com o fisco. Ademais, o pleito defensivo referente à correção

monetária desse crédito não poderia ser acolhido, pois o art. 93, § 2º, do RICMS-BA/97, expressamente, prevê que “o crédito deverá ser escriturado pelo seu valor nominal”.

Relativamente às alegações defensivas pertinentes à multa incidente sobre o imposto cobrado, ressalto que o art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96 prevê que quando ocorrer à utilização indevida de crédito fiscal será cabível a multa de 60% do valor do crédito, sem prejuízo da exigência do estorno. Assim, entendo que foi correto o procedimento do auditor fiscal ao indicar a multa em questão. Do mesmo modo, não acato as alegações de que a penalidade indicada possui o caráter de confisco, pois ela é a legalmente prevista para a irregularidade imputada ao autuado.

Quanto à solicitação para que seja indicada a multa de 2% prevista na Lei nº 9.298/96, não acolho tal pedido, pois essa lei não se aplica às infrações previstas na legislação tributária. Pelo mesmo motivo, deixo de acatar o pleito defensivo para que seja utilizado o disposto no art. 9º do Decreto-Lei nº 22.626/33.

Relativamente à atualização monetária, à multa de mora e aos juros de mora aplicados sobre o valor do débito cobrado, a alegação defensiva não procede, pois os acréscimos tributários estão previstos na legislação tributária estadual.

Pelo acima exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.”

RECURSO VOLUNTÁRIO

Devidamente intimado a tomar ciência do resultado do julgamento realizado pela 4ª Junta de Julgamento Fiscal, que exarou o Acórdão nº 0237-04/02, pela Procedência do Auto de Infração em epígrafe, o contribuinte inconformado impetrou o presente Recurso Voluntário. Entretanto, trouxe na sua peça recursal os mesmos fundamentos já argüidos quando da interposição da sua defesa impugnativa. Por isso, por economia processual deixo de fazer a transcrição do Recurso, desde quando já consta deste relatório.

A PROFAZ forneceu Parecer de fl. 82, nos seguintes termos:

“O Recurso voluntário interposto pelo autuado contra a Decisão de 1ª Instância traz os mesmos argumentos já analisados e decididos no julgamento efetuado, em alguns momentos até transcrição literal da peça impugnativa. Nada traz que possa ensejar qualquer análise por parte deste colegiado, nem em relação a fatos, ou documentos ou novos fundamentos de direito.

O que fica efetivamente evidenciado é o intuito de retardar o julgamento da lide na esfera administrativa, o que denota o caráter procrastinatório do Recurso em análise. Enfim, em que pese o fato de o Recurso voluntário devolver a matéria em sua totalidade, á apreciação desse Conselho, as razões oferecidas pelo recorrente são inócuas, inaptas para proporcionar a modificação do julgamento. Por esse motivo, entende a procuradoria que não deve ser provido o Recurso.

VOTO

Dado ao exame e análise dos documentos apensados ao presente Processo Administrativo Fiscal, constatei que o contribuinte em seu Recurso voluntário trouxe à lide os mesmos argumentos e fundamentos já fornecidos quando da sua defesa impugnativa. Na realidade, o Recurso guerreado oferece literalmente a transcrição daquela defesa. Apesar da peça recursal nos devolver toda a matéria em contraditório, não vejo como prosperarem as argüições da empresa,

na esfera recursal, desde quando os autos tiveram da 1ª Instância exaustiva análise, tendo aqueles julgadores concluído pela Procedência do lançamento de ofício.

Diante do exposto, concedo o meu voto pelo NÃO PROVIMENTO do Recurso Voluntário apresentado, mantendo integralmente a Decisão Recorrida.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Câmara de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, **NÃO PROVER** o Recurso Voluntário apresentado e homologar a Decisão Recorrida que julgou **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **278868.0002/02-1**, lavrado contra **SUPRICEL TRANSPORTES LTDA.**, devendo ser intimado o recorrente para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$70.755,11**, atualizado monetariamente, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, VII, “a”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos moratórios.

Sala das Sessões do CONSEF, 27 de agosto de 2002.

ANTÔNIO FERREIRA DE FREITAS - PRESIDENTE

NELSON TEIXEIRA BRANDÃO - RELATOR

SYLVIA AMOÊDO CAVALCANTE - REPR. DA PROFAZ